

“O CANCRO NO CORAÇÃO DA CIDADE”: ZONA DE PROSTITUIÇÃO E MARGINALIDADE SOCIAL NO SUL DE MINAS GERAIS (POUSO ALEGRE, 1969-1988)

Eduardo Moreira Assis*

How much more important divisions between people are than between countries.

(Virginia Woolf)

O presente texto traz um recorte da dissertação *A cidade e o “mal necessário”: Zona de Prostituição e marginalidade social em Pouso Alegre-MG (1969-1988)* e discute a utilização de imagens depreciativas da Zona de Prostituição da cidade sul-mineira de Pouso Alegre junto à população como elementos que, alimentando preconceitos, legitimaram a marginalidade social que pesou sobre o meretrício confinado, suas ocupantes e frequentadores, bem como a existência de um discurso moralista, o qual, longe de pender somente para a questão moral, abarcou lances de especulação imobiliária durante fase em que a cidade experimentou rápido crescimento econômico e urbano.

A Zona de Prostituição é analisada enquanto território, categoria que permite pensá-la como lugar culturalmente constituído, referencial de identidade, de memória e de pertencimento (Rolnik, 1992, pp.27-29), considerando que a própria exclusão social – também presente na complexa relação entre cidade e prostituição – possibilitou diferentes formas de viver urbano em seu interior, decorrendo daí a grafia do termo em letras maiúsculas.

Os sentidos da palavra *imagens* ao longo do texto encontram sustentação no conceito de Moscovici (2004, p.167-214) para representações sociais, ou seja, são instrumentos de interpretação da realidade formulados por determinado grupo social na tentativa de transformar um dado que lhe é desconhecido em algo conhecido, e, assim, passível de compreensão.

O trabalho de urdidura de variados tipos de fontes – orais, impressas, oficiais, memórias escritas e cartográficas – teve como ponto central as histórias de vida de pessoas, as quais de alguma forma tocaram e foram tocadas pela Zona. A opção pela metodologia de história oral permitiu alcançar uma multiplicidade de imagens que dialogam entre

si, focar a construção de seus significados ao longo de todo o processo histórico pelos diferentes sujeitos, desmistificar a campanha moralizante e o discurso do progresso, da mesma maneira que perceber a importância da Zona de Prostituição para a cidade de Pouso Alegre.

“O cancro no coração da cidade”: Zona de Prostituição e marginalidade social em Pouso Alegre

Entre 1969 e até o começo da década de 1980, a Zona de Prostituição foi assunto constante nos três principais jornais da cidade – quer fossem *A Folha de Pouso Alegre*, *A Gazeta de Pouso Alegre* e *O Jornal de Pouso Alegre*. Nos documentos oficiais, ela aparece ora silenciosamente, caso de alguns projetos de leis, ora ruidosamente, como nas atas da Câmara Municipal dos anos de 1972 e 1973. Na memória dos moradores mais antigos de Pouso Alegre, a Zona está viva ainda hoje: é tabu, é polêmica, é segredo, é passado-presente.

Na única vez em que a Zona figurou nos textos que contam a história da cidade, ela aparece relacionada a uma região conhecida como “Quatro Cantos”, denominação datada da década de 1920, derivada da disposição de quatro ruas que, ao se cruzarem, formavam um quarteirão tomado por lugar de “má fama”, ocupado por “meretrizes” e “barracos de gente pobre” (Gouvêa, 1998, p. 230).

Temática marginal, a historiografia pouso-alegrense tradicional – saudosista e encantada pela história das grandes famílias, dos grandes homens e dos grandes acontecimentos – reservou à Zona e tudo o que a ela concerne o silêncio, dando margem para que a um único homem – um barbeiro aposentado e orgulhoso de seu passado boêmio, Moacir Honorato Reis – coubesse cumprir o papel de “memória oficial” da prostituição na cidade, tudo de acordo com as “memórias de um bom malandro” (Reis, 1993).

Ocorre que, conforme relato de Reis, durante muito tempo, a Zona de Prostituição pouso-alegrense representou um dos maiores centros de divertimentos voltados para o sexo masculino de todo o sul de Minas, freqüentado pelos moradores dos municípios vizinhos de Pouso Alegre, bem como por seus próprios residentes, incluindo membros ilustres de sua sociedade.

Para a cidade, além disso, a Zona de Prostituição significou, tanto um instrumento de preservação da ordem em seus espaços – visto que, a partir da década de 1940, a prostituição passa a ser confinada, vigiada e punida pela polícia local, conforme depoimentos – como também o alvo de uma polêmica campanha de moralização que visava seu fechamento e a “limpeza” da região central, ante o rápido crescimento econômico que lhe colocou uma vizinhança residencial às portas e exigiu seu fim em nome do “progresso”.

É importante mencionar que, desde meados da década de 1960, a imprensa local já vinha divulgando as rápidas transformações do espaço público pouso-alegrense. Em suas páginas, realizações tais como a canalização de córregos e a construção de novos edifícios públicos eram noticiadas com destaque. Junto delas, textos infundiam nos munícipes e visitantes as imagens de uma cidade “progressista” e “moderna”, conforme se lia nas páginas d’*O Jornal de Pouso Alegre* de 12 de outubro de 1968.

Enquanto isso, a Zona de Prostituição na região central era tolerada sob o chavão do “mal necessário” e o confinamento fazia por onde produzir as fronteiras simbólicas e as imagens de distinção entre os territórios “decentes” e aquele outro, mal visto.

Com a inauguração da primeira estação rodoviária de Pouso Alegre, em 1969, surgiu a grande oportunidade de a cidade exibir seu poder e vender-se como um lugar que andava de mãos dadas com o desenvolvimento, na mesma proporção que surgiu também um mal-estar relacionado à localização da Zona de Prostituição – a 100 metros de distância do novo “marco de progresso”, de acordo com *O Linguarudo* de 3 de dezembro de 1969.

Por essa razão, *A Folha de Pouso Alegre* publicava, em 14 de setembro de 1969, um artigo de primeira página – cujo título era “O cancro no coração da cidade: onde estão as autoridades competentes?” – no qual se esboçava uma preocupação, não com o destino das prostitutas, mas com o *destino da cidade*, a qual não deveria permitir que visitantes e passageiros levassem consigo a “impressão de terem aportado em uma terra onde a moral, a dignidade e o decoro público é representado [sic] por tal classe de elementos sociais”. No mesmo texto, o jornal ainda cobrava “uma medida drástica e saneadora com respeito à moralização [dos] costumes”, lançando, então, uma campanha de moralização que perduraria até 1982, ano que, com o assassinato da última “dona de casa”, marcaria a desocupação total da Zona de Meretrício no centro da cidade por suas ocupantes.

Durante toda a década de 1970, a campanha contra a Zona resultou numa escalada de tensões. No mesmo período, Pouso Alegre vinha sendo industrializada, embora não tivesse mão-de-obra especializada para atender à demanda das indústrias que se instalavam na cidade. Por conta disso, a população aumentava, revelando a emergência de novos loteamentos (Freitas, 2003). A região da Zona, antes periférica, cercou-se de residências e a proximidade com o centro da cidade gerava incômodo cada vez maior nos moralistas.

Embora não tenha sido possível mapear quando a Zona de Prostituição surgiu em Pouso Alegre, é possível perceber que o relacionamento entre os espaços da cidade e a Zona sempre foi marcado pela segregação e pela construção de uma imagem de referência desde os anos 1920, como a questão dos “Quatro Cantos” revela; ao ser categorizado como um “mau lugar”, a própria questão do nome lançava as bases para que o restante da cidade fosse seu contraponto, ou seja, lugar de “bons lugares”.

O confinamento nominal, no entanto, na década de 1940, passa a ser um confinamento literal, a partir de solicitações dos moradores da região central junto às autoridades policiais no sentido de proibir as ocupantes da Zona de circularem nos lugares “decentes”, tendo sido, conforme descortinaram depoimentos, prática de exclusão cotidiana, inclusive, o empilhamento de mesas e cadeiras às portas e janelas das residências de modo que as “mulheres da Zona” não adentrassem os interiores das “casas de família” com seus olhares e nem os olhares “familiares” se desviassem sobre as “decaídas”.

Com o aumento da população, no correr da década de 1970, houve um esgarçamento do controle da polícia sobre o Meretrício – embora isso não significasse sua ausência em episódios repressivos de quando em quando: as ações policiais tornaram-se menos frequentes, mas não menos violentas, pois era prática comum a agressão policial sem justificativa, a exemplo das punições exemplares praticadas com a instituição do confinamento, de acordo com algumas depoentes que trabalhavam na Zona.

Igualmente a partir dos anos 1970, as ocupantes da Zona vão se tornando mais invisíveis nos espaços da cidade, na medida em que passaram a adotar as imagens de “mulheres honradas” para circularem além do confinamento, com roupas mais compridas, como calças e mangas longas, projetando uma outra imagem de si mesmas como condição de aceitação em ambientes freqüentados pelas “mulheres de família” (Castro, 1995, p.158).

Apesar dessas práticas, dois casos isolados, relatados por duas depoentes, merecem destaque. O primeiro deles diz respeito a um salão de beleza que, pressionado pela clientela “decente” amedrontada pela possibilidade de contaminação por alguma doença, foi obrigado a instituir um dia somente para o atendimento das moradoras da Zona. O outro caso diz respeito à matrícula de um grupo de prostitutas no Conservatório Estadual de Música da cidade, ocasionando a mobilização de autoridades junto à direção da escola de artes com o intuito de impedir a mistura com pessoas da sociedade que freqüentavam. As moradoras da Zona são objeto de temor ao suscitarem ora a contaminação, ora a confusão dos papéis sociais.

A preocupação relativa à permanência de mulheres e moças de família com as ocupantes da Zona causava mal-estar numa sociedade habituada com o preconceito como forma de legitimação de práticas de exclusão (Heller, 2000, p.56-57). A proximidade entre a Zona e sua vizinhança residencial era bastante temida, já que o meretrício, enquanto lugar proibido para moças de família e instável por conta das brigas, poderia significar perigo às reputações das “moças de família” que, não raro, saíam à rua acompanhadas por seus pais, explicou uma depoente.

Quando o assunto Zona de Prostituição entrou na pauta de discussões da Câmara Municipal, em 1972, o livro de atas da Casa registrou a afirmação de que a cidade estava

“infestada por mais de 500 decaídas”. Dessa forma, a campanha moralizante fez com que a questão alcançasse o legislativo e lá adquirisse a imagem de tumor, já veiculada pela imprensa, que conceituava o meretrício como um “cancro no coração da cidade”. A Zona de Prostituição passou a encarnar, então, uma doença social que precisava ser combatida, questão capaz de “contaminar pelo mau cheiro”, ainda conforme as atas. A única solução válida e apresentada pelos moralistas era a sua extirpação, ou seja, a expulsão de prostitutas e “donas-de-casa” não somente do centro, mas da cidade, e o fim do meretrício.

Mas o que fazer com as “decaídas” foi a grande interrogação, pois, dentro da Câmara, havia tanto quem apoiasse o fechamento definitivo da Zona como quem apoiasse o fim da prostituição confinada no centro da cidade – porém, há que se dizer, sob a estrita condição de que fosse criado um outro lugar que fizesse as vezes da Zona de Prostituição, observando o “lado humano” da questão, conforme redigido nas atas.

O embate em torno do destino da Zona e a campanha de moralização descortinaram, não obstante, a importância silenciosa e muito além do picaresco que o meretrício confinado possuía para a dinâmica da cidade ao esbarrar, justamente, em questões como a necessidade do sexo venal para a preservação da virgindade das “moças de família” e a conseqüente necessidade de prover o espaço de reclusão que mantivesse as prostitutas sob constante distinção e vigia, e, assim, os demais espaços urbanos livres da perigosa mistura dos corpos e da confusão dos papéis sociais.

Já a tradução do papel social das prostitutas para a sociedade pouso-alegrense ficou a cargo da maneira mesma como foram referenciadas a Zona e suas ocupantes: as imagens construídas e cristalizadas sobre elas dão margem a uma concepção utilitarista dos corpos das prostitutas que, marginalizadas socialmente, serviam, em contrapartida, à preservação da honra e da dignidade das “moças e mulheres de família”, cumprindo a função de “esgotos seminais” (Corbin, 2000, p.39-55).

Por essa razão, a preocupação que se esboçou com o fim da prostituição confinada havia sido justamente o “perigo de não ter e acontecer uma tragédia fora”, conforme depoimento, revelando um modelo de sexualidade que legitimava a prostituição, o seu confinamento, o preconceito dirigido às mulheres confinadas e toda a sorte de imagens que pesavam sobre a Zona, especialmente a de um lugar tumultuado, violento, freqüentado por bandidos que perturbavam “o silêncio tão necessário a [sic] família pouso-alegrense... disrespeitando-a [sic] com palavrões de toda a espécie de moralidade etc.”, observações descritas na justificativa do Projeto de Lei 1.704, de 1972.

Apesar de ser considerada uma doença do corpo social, de ter sido projetada como a vilã da imagem progressista de Pouso Alegre e, por isso, ter sido necessário combatê-la veementemente, a Zona de Prostituição acabou se tornando uma instituição municipal

quando o Poder Executivo aprovou – cedendo terreno de seu patrimônio, estruturando um loteamento distante cinco quilômetros do centro da cidade e negociando os lotes com as prostitutas por um preço simbólico – a construção de um novo bairro que confinasse o Meretrício deslocado do centro, para o que respondeu a Lei 1.228, de 18 de junho de 1973, laconicamente justificada sob o título “Loteamento”.

A negativa ao fim do meretrício confinado havia sido referendada por uma política pública. Além do que, a criação de uma nova Zona acabou por revelar a incongruência do discurso moralista, o qual, longe de querer a “moralização dos costumes”, como tanto apregoou, nada mais buscava que a valorização dos terrenos que tinham seus propagadores nas imediações do meretrício confinado através da expulsão de moradores que de longa data incomodavam – e colaboravam para a desvalorização da região –, embora nunca houvesse um pretexto válido que justificasse uma ação radical e incisiva amparada tanto pelos poderes constituídos como também pela própria opinião pública.

Neste ponto, é importante esclarecer que várias foram as tentativas – todas fracasadas, diga-se de passagem – de interdição e fechamento definitivo do meretrício no centro de Pouso Alegre, relataram os depoentes: para as ocupantes da Zona, havia a preocupação com a perda dos clientes, pois era ela conhecida pelo seu grande movimento e pela oportunidade de bons negócios. Além disso, a maneira como a sociedade negava “o direito à cidade” (Lefebvre, 2001) às ocupantes da Zona possibilitou ser constituída uma outra forma de vivência urbana, que, valendo-se do chavão do “mal necessário”, fruto e complemento de um modelo de sexualidade machista e paternalista, estabeleceu profundas relações com poderes constituídos, para o que a figura da “dona de casa” Margarida Leite foi essencial.

Vereadores, delegados e até mesmo um deputado estadual freqüentavam seu estabelecimento, o único cabaré da Zona pouso-alegrense. A eles era oferecida toda uma série de vantagens, desde garrafas de champanhe até as novas mulheres da casa. Com isso, ela articulava em torno de si uma teia de relações que lhe permitia driblar as ações judiciais que foram impetradas contra a Zona.

O exemplo de como suas articulações foram tão bem construídas fica a cargo de que, mesmo quando todas as outras moradoras da Zona central já haviam mudado para a Nova Zona, no final da década de 1970, sua recusa era ainda tolerada pela polícia – isso levando em consideração que, no início da década de 1980, a vizinhança da Zona central já era majoritariamente “decente” e as pressões junto à delegacia eram constantes para que seu estabelecimento encerrasse as atividades de vez. Para tanto, segundo vários depoimentos, é atribuída a sua morte o fim da prostituição confinada no centro da cidade, trazendo à tona, novamente, a representação da Zona enquanto inimiga da cidade e do

desenvolvimento, objeto de uma cruzada (Sontag, 2002, p.91) que durou mais de uma década, posto que somente após o seu assassinato toda a antiga rua da Zona tornou-se uma rua “decente”, residencial.

Apesar disso, embora o ano de 1982 marque o fim da Zona no centro da cidade, o recurso ao preconceito ainda continua em voga. Com o crescimento ininterrupto de Pouso Alegre e a explosão populacional assinalada pelos Censos realizados entre 1970 e 1991 – em 1970, a população urbana era contabilizada em 29.224 habitantes; em 1980, a população quase dobra, indo para a marca de 50.826 habitantes – a Nova Zona de Prostituição, criada pela Prefeitura, tem à porta – como havia acontecido no centro – vizinhança residencial, com a inauguração, em 1980, do primeiro Conjunto Habitacional do município.

As vivazes imagens de degradação e ameaça moral associadas à prostituição, por seu turno, passaram a ser usadas para indagar os novos moradores do Conjunto Habitacional quanto a sua coragem em ter como vizinhas a Zona do Meretrício, suas ocupantes e seus freqüentadores. Também inflamaram na região central, poucos anos depois da desativação da Zona, em 1988, a necessidade da lei 2.287 de 26 de outubro, visando a mudança no nome da antiga rua da Zona, numa clara tentativa de legislar sobre a memória local e purgar, pela força de um decreto, a história de uma rua marcada pela exclusão.

Recusar o passado em nome do futuro

Os anos estendidos de 1969 a 1982 apreendem uma cidade em acelerado processo de modernização que tomou a industrialização como chave do seu desenvolvimento e escolheu, através do discurso moral e do discurso do progresso, aqueles que deveriam fazer parte dessa nova realidade, um pano de fundo idealizado do qual deveria ser apagada a zona.

Entretanto, em sua marginalidade, a Zona de Prostituição acabou maior que a cidade industrial, que o progresso, que a modernidade. Aparelho disciplinador e higienizador social, território de divertimentos necessário ao exercício da sociabilidade e sexualidade masculinas, destaque no imaginário local, objeto de temor, ojeriza, desconhecimento, e, por isso mesmo, passível de exclusão, a Zona foi tão significativa em sua “insignificância” que, além de revelar uma disputa pelos espaços urbanos, através dela é possível apreender um processo de confrontação entre o “moderno” e o “antigo” que se expressa, justamente, na relação dessa cidade – que a recusa, mas teme abandoná-la – com a prostituição, concebida como “mal necessário”, porque instrumento que colabora fundamentalmente para com a manutenção de seu caráter “ordeiro” e “progressista”, amplamente enfatizado pela imprensa local.

Contudo, notou-se no decorrer do processo de desterritorialização da Zona que a construção de novas práticas e representações do viver urbano para o futuro chocava-se com as práticas e representações do viver urbano do passado, tornando a cidade – elemento historicamente produzido – personagem e alvo de disputas entre seus diferentes sujeitos em confrontação na arena do cotidiano pela afirmação de suas identidades, usos e intenções acerca dos diferentes territórios urbanos exibindo em que medida Pouso Alegre mudava de cara sem mudar de alma. Tudo em nome do progresso.

Recebido em agosto/2006; aprovado em setembro/2006.

Nota

* Doutorando do Programa de Estudos Pós-graduados em História, com bolsa CAPES, sob orientação da Prof.^a Denise Bernuzzi de Sant' Anna. E-mail: assis.eduardom@gmail.com